



Diário Eletrônico
Ministério Público do Rio Grande do Sul
Procuradoria-Geral de Justiça
assessorialegislativa@mprs.mp.br

Porto Alegre, 01 de agosto de 2018.

Edição n. 2428

Nesta Edição:

PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA

Atos Normativos.....	2
Boletins.....	2
Editais.....	2

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

Boletins de Pessoal.....	2
Súmulas de Contratos.....	3
Avisos de Licitações.....	4
Editais.....	4

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS INSTITUCIONAIS

Boletins.....	4
---------------	---

PROMOTORIAS DE JUSTIÇA

Editais.....	6
--------------	---



PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA

PROVIMENTO N. 50/2018-PGJ

Dispõe sobre a convocação dos Servidores do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul durante o período eleitoral das Eleições Gerais de 2018, em primeiro turno e em segundo turno, se houver, e dá outras providências.

O EXCELENTÍSSIMO SENHOR PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, FABIANO DALLAZEN, no de suas atribuições legais, que lhe conferem o artigo 109, inciso I, da Constituição do Estado e o artigo 4.º, § 5.º, da Lei Estadual n. 7.669, de 17 de junho de 1982,

CONSIDERANDO a atuação do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul nas eleições dos dias 7 de outubro de 2018, em 1.º turno, e 28 de outubro de 2018, em 2.º turno, se houver,

RESOLVE, tendo em vista o que consta no PR.01207.00006/2018-6, editar o seguinte Provimento:

Art. 1.º Ficam os Promotores de Justiça designados para exercer as funções eleitorais, autorizados nas Comarcas respectivas a convocar os servidores do Ministério Público para atender, em regime de plantão, nos dias 6 e 7 de outubro de 2018, nas eleições em primeiro turno, e nos dias 27 e 28 de outubro de 2018, nas eleições em segundo turno, se houver.

Art. 2.º Na Comarca de Porto Alegre a convocação será efetuada pela Direção-Geral da Procuradoria-Geral de Justiça, mediante solicitação do Promotor de Justiça com designação eleitoral.

Art. 3.º Os servidores convocados, nos termos dos artigos 1.º e 2.º deste Provimento, serão dispensados, sem prejuízo do salário, vencimento ou qualquer outra vantagem, pelo dobro dos dias da convocação.

Art. 4.º Os Promotores de Justiça referidos no artigo 1.º deste Provimento e a Direção-Geral encaminharão, após a realização das eleições, à Unidade de Registros Funcionais informação sobre os servidores que foram convocados, bem como o número de dias trabalhados.

Parágrafo único. A dispensa do serviço, nos termos do artigo 2.º deste Provimento, formalizada por meio de requerimento à Subprocuradoria-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos e com anuência da chefia imediata, fica condicionada à conveniência administrativa.

Art. 5.º Este Provimento entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 30 de julho de 2018.

FABIANO DALLAZEN,
Procurador-Geral de Justiça.

Registre-se e publique-se.

JÚLIO CÉSAR DE MELO
Promotor de Justiça,
Chefe de Gabinete.

BOLETIM N. 253/2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, FABIANO DALLAZEN, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, **RESOLVE:**

APOSENTAR

- nos termos do artigo 109, inciso II, parágrafo único, da Constituição Estadual e tendo em vista o que consta no Processo n. PR.00576.00429/2018-5, a pedido, o Dr. JORGE ALBERTO DOS SANTOS ALFAYA, Promotor de Justiça de entrância final, ID n. 3424073, do Quadro de Membros do Ministério Público, nos termos do artigo 3º da Emenda Constitucional n. 47/2005, observado o art. 7º da Emenda Constitucional n. 41/2003, e artigo 8º, §§ 2º e 3º, da Emenda Constitucional n. 20/1998, e artigo 40, § 9º, da Constituição Federal, devendo perceber, na inatividade, proventos mensais e integrais, incluindo a incorporação de 100% (cem por cento) da Função Gratificada de Secretário Adjunto da Presidência, FG-11, do Tribunal de Alçada do Estado do Rio Grande do Sul, acrescida da Gratificação de Representação de 35% (trinta e cinco por cento), calculada sobre o padrão CC-11, nos termos da Lei n. 9.983/1993 e conforme artigo 102 da Lei Complementar n. 10.098/1994, e em conformidade com a Lei n. 8.625/1993, e Leis Estaduais n.s 6.536/1973, 7.669/1982 e 12.911/2008 (Port. 2413/2018).

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 01 de agosto de 2018.

JÚLIO CÉSAR DE MELO,
Promotor de Justiça,
Chefe de Gabinete.

EDITAL N. 557/2018– PGJ - Republicação

De ordem, ficam cientificados os interessados, em especial o Sr. Nerci Luiz Kowaleski e Flavio Leandro Prestas Alves, na forma do § 3.º do art. 22 do Provimento n. 71/2017, que a Promotoria de Justiça de São Francisco de Paula promoveu o arquivamento do IC n. 00882.00052/2016, instaurado com o objetivo de averiguar possível descumprimento da legislação protetiva do Bioma Mata Atlântica pelo Município de São Francisco de Paula/RS.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 23 de julho de 2018.

JÚLIO CÉSAR DE MELO
Promotor de Justiça,
Chefe de Gabinete.

**SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS**

BOLETIM N. 254/2018

O SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS, BENHUR BIANCON JUNIOR, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, **RESOLVE:**

REVOGAR

- nos termos do Provimento n. 22/2010, a contar de 01 de agosto de 2018, a Portaria n. 1503/2018, que designou a Dra. IVANA MACHADO BATTAGLIN como Diretora Substituta da Promotoria de Justiça de Combate à Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher de Porto Alegre (Port. 1731/2018).



Diário eletrônico
Ministério Público
Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 01 de agosto de 2018.

www.mprs.mp.br

Edição n. 2428

- a contar de 01 de agosto de 2018, a Portaria n. 1234/2016, que concedeu Licença para Tratar de Interesses Particulares ao servidor RODRIGO FINGER LEITE, Agente Administrativo, ID n. 3452433, em conformidade com o Artigo 146 da Lei n. 10.098/94 (Port. 2244/2018).

DESIGNAR

- nos termos do Provimento n. 22/2010, a contar de 01 de agosto de 2018, o Dr. GILBERTO LUIZ DE AZEVEDO E SOUZA como Diretor Substituto da Promotoria de Justiça de Combate à Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher de Porto Alegre, até 30 de junho de 2019, exceto remoção/promoção que implique saída da Promotoria de Justiça, ou ulterior deliberação (Port. 1732/2018).

- para integrar o Projeto FAVO – Força-Tarefa de Ajuda Voluntária, o servidor CLEBER MOURA, Assessor - Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, ID n. 3438210, para auxiliar a Promotoria de Justiça de Santa Bárbara do Sul, duas vezes por semana, no período de 01 a 31 de agosto de 2018 (Port. 2350/2018).

EXONERAR

- a pedido, a contar de 01 de agosto de 2018, o servidor RODRIGO FINGER LEITE, ID n. 3452433, do cargo de Agente Administrativo, classe "N", deste Órgão (Port. 2243/2018).

- a contar de 01 de agosto de 2018, a servidora GABRIELA CARVALHO DE BARROS GALVÃO, ID n. 3793630, do cargo em comissão de Assessor de Procuradoria de Justiça II, CC-10, deste Órgão (Port. 2365/2018).

PRORROGAR

- pelo período de um (01) ano, a contar de 01 de agosto de 2018 até 31 de julho de 2019, sem ônus para o Ministério Público, o prazo da Portaria n. 5008/2006, que colocou o servidor CHRISTIAN EBERLE PACHECO, Assistente de Promotoria de Justiça, ID n. 3379361, à disposição do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, ficando suspenso o período de estágio probatório até o seu retorno às funções originais (PR.00956.00085/2009-4 - Port. 2344/2018).

NOMEAR E HABILITAR PARA POSSE

- a contar de 01 de agosto de 2018, GABRIELA CARVALHO DE BARROS GALVÃO, para exercer o cargo em comissão de Assessor de Procuradoria de Justiça, CC-10, acrescido da gratificação de representação de 35% (trinta e cinco por cento), deste Órgão (Port. 2366/2018).

APOSENTAR

- nos termos do artigo 109, inciso II, parágrafo único, da Constituição Estadual e tendo em vista o que consta no Processo n. PR.00576.00408/2018-9, a pedido, a servidora efetiva ANA BEATRIZ DUARTE COSTA AZEVEDO, Oficial do Ministério Público, classe "O", ID n. 3432963, regime jurídico estatutário, carga horária de 40 horas semanais, do Quadro de Pessoal de Provimento Efetivo da Procuradoria-Geral de Justiça, nos termos do artigo 40, §1º, inciso III, alínea "b", §§ 3º, 9º e 17, da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional n. 41/2003, e artigo 158 da Lei Complementar n. 10.098/1994, devendo perceber, na inatividade, proventos mensais e proporcionais a 7439/10950 dias (sete mil, quatrocentos e trinta e nove sobre dez mil, novecentos e cinquenta), de acordo com a média das contribuições, nos termos da Lei n. 10.887/2004. Nome do cargo alterado de Secretário de Diligências para Oficial do Ministério Público, conforme Art. 1º, parágrafo único, da Lei n. 15.134/2018 (Port. 2370/2018).

TORNAR SEM EFEITO

- a Portaria n. 2261/2018, que nomeou BRUNO DALPIAN

HEIS, para exercer o cargo de Agente Administrativo, classe "M", deste órgão (Port. 2415/2018).

NOMEAR

- em caráter efetivo, devendo cumprir o estágio probatório, FABRÍCIO STONA CARVALHO, para exercer o cargo de Oficial do Ministério Público, Classe "M", em virtude de aprovação em concurso público, no qual obteve o terceiro (3º) lugar na Lista de Classificação da Região da Serra. Nome do cargo alterado de Secretário de Diligências para Oficial do Ministério Público, conforme Art. 1º, parágrafo único, da Lei n. 15.134/2018 (Port. 2414/2018).

- em caráter efetivo, devendo cumprir o estágio probatório, CRISTIANE MARIA FABRIN STAUB, para exercer o cargo de Agente Administrativo, classe "M", em virtude de aprovação em concurso público, no qual obteve o segundo (2º) lugar na Lista de Classificação da Região do Vale do Taquari (Port. 2416/2018).

- GABRIELA LEITEMBERG KOSTECZKA, para exercer o cargo em comissão de Assessor de Promotor de Justiça II, CC-06, deste órgão (Port. 2419/2018).

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 01 de agosto de 2018.

BENHUR BIANCON JUNIOR,

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos.

PROCESSO PR.01075.07085/2010-9

Pela presente, torna-se SEM EFEITO a SÚMULA DO TERMO DE CONVÊNIO publicada na página 02 do Diário Eletrônico do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul de 31 de julho de 2018.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 31 de julho de 2018.

SÚMULA DO TERMO DE CONVÊNIO PROCESSO PR.01075.07085/2010-9

PARTES: O Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, CNPJ n. 93.802.833/0001-57 e a Universidade do Vale do Taquari - UNIVATES, CNPJ/MF n. 04.008.342/0001-09; **OBJETO:** Prorrogar por 5 (cinco) anos o Convênio de Estágio celebrado entre as partes objetivando regulamentar o desenvolvimento de programa de estágio mediante parceria, fins de propiciar treinamento prático, aperfeiçoamento técnico-cultural, científico e de relacionamento humano; **PRAZO:** 5 (cinco) anos; **DATA DA ASSINATURA:** 26/06/2018; Benhur Biancon Junior, Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos, Ney José Lazzari, Reitor.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 31 de julho de 2018.

SÚMULA DO 2º ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS UAJ N. 060/2014 PROCESSO N. 1772-0900/14-4 INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

CONTRATADA: IBM BRASIL – INDÚSTRIA, MÁQUINAS E SERVIÇOS LTDA.; **OBJETO:** prorrogação da vigência contratual, por 12 (doze) meses, a contar de 31 de julho de 2018 e reajuste no valor mensal, a contar de 09 de abril de 2018, aplicando-se a variação do IGP-M/FGV nos últimos 12 (doze) meses; **VALOR MENSAL:** R\$ 11.334,24; **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** Unidade Orçamentária 09.01, Recurso 0011, Projeto 6420, Natureza da Despesa 3.3.90.39, Rubrica 3924; **FUNDAMENTO LEGAL:** artigo 57, inciso II da Lei



Diário eletrônico
Ministério Público
Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 01 de agosto de 2018.

www.mprs.mp.br

Edição n. 2428

Federal n. 8.666/93, bem como nas cláusulas terceira e sexta do ajuste.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 31 de julho de 2018.

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,
Diretor-Geral.

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 074/2018
PROCEDIMENTO Nº 02405.000.097/2018
PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/2018

CONTRATADA: MARCOCAR MECÂNICA DE VEÍCULOS LTDA; **OBJETO:** serviços técnicos de manutenção preventiva e corretiva de veículos, pertencentes à frota do Ministério Público Estadual; **VIGÊNCIA:** 12 (doze) meses; **VALOR DA HORA TRABALHADA:**

VEÍCULO	VALOR DA HORA TRABALHADA= VH (R\$)	PERCENTUAL DE DESCONTO SOBRE PEÇAS = D(%)
FIAT (constante do Anexo I-A)	R\$ 70,00	10%

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Unidade Orçamentária 09.01, Recurso 0011, Projeto/Atividade 6420, Natureza da Despesa 3.3.90.30 e 3.3.90.39, Rubrica 3033 e 3932; **FUNDAMENTO LEGAL:** Leis Federais n.º 8.666/93 e 10.520/02, Leis Estaduais n.º 11.389/99, 13.191/09 e 13.706/11, Lei Complementar n.º 123/06, Decreto Estadual n.º 42.434/03 e Provimentos PGJ/RS n.º 33/08, 47/05 e 54/02.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 31 de julho de 2018.

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,
Diretor-Geral.

SÚMULA DE DESIGNAÇÃO DE FISCAL PROCEDIMENTO
Nº 02405.000.097/2018

O DIRETOR-GERAL da Procuradoria-Geral de Justiça, órgão administrativo do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, no uso de suas atribuições, designa, como fiscal do contrato constante do processo em epígrafe, o servidor José Adriano Ribeiro D'Ávila e, como seu substituto, o servidor Paulo Renato dos Santos.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 31 de julho de 2018.

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,
Diretor-Geral.

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico n. 78/2018 (PGEA n. 00677.000.264/2018)

Tipo: Menor Preço. **Objeto:** Contratação de empresa de engenharia especializada na área de produtos e análises químicas para prestação de serviços de tratamento químico das águas utilizadas em sistemas de condicionamento de ar do Edifício Sede do Ministério Público – Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, localizado em Porto Alegre, conforme especificações constantes do Edital e seus Anexos. **Data e horário de abertura das propostas:** 21/08/2018, às 10 horas. **Data e horário de início da disputa de preços:** 21/08/2018 às 14 horas. **Local:** www.pregaobanrisul.com.br. **Editais disponíveis na página:** http://www.mprs.mp.br/licitacao/pregao_eletronico. **Informações gerais:** licitacoes@mprs.mp.br. **Base legal:** Lei

Estadual n. 13.191/09, Lei n. 10.520/02, LC n. 123/06 e Lei n. 8.666/93.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 01 de agosto de 2018.

MARLY DE BARROS MONTEIRO,
Pregoeira.

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico n. 79/2018 (PGEA n. 01390.000.012/2018)

Tipo: Menor Preço Global. **Objeto:** Contratação de serviço de editoração (objeto principal), compreendendo revisão e diagramação, bem como de serviço de impressão do livro “Os 30 Anos da Constituição Federal e o Ministério Público”, conforme especificações constantes do Edital e seus Anexos. **Data e horário de abertura das propostas:** 14/08/2018, às 9 horas. **Data e horário de início da disputa de preços:** 14/08/2018 às 11 horas. **Local:** www.pregaobanrisul.com.br. **Editais disponíveis na página:** http://www.mprs.mp.br/licitacao/pregao_eletronico.

Informações gerais: licitacoes@mprs.mp.br. **Base legal:** Lei Estadual n. 13.191/09, Lei n. 10.520/02, LC n. 123/06 e Lei n. 8.666/93.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 01 de agosto de 2018.

LUÍS ANTÔNIO BENITES MICHEL,
Pregoeiro.

EDITAL N. 128/2018

Resultado do Edital n. 118/2018
REMOÇÃO DE AGENTE ADMINISTRATIVO
(DEMP 23/07/2018)

O SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS, BENHUR BIANCON JUNIOR, faz público que, tendo em vista o que consta no PR.00576.00441/2018-0, encontra-se disponível, na página da Unidade de Registros Funcionais da Divisão de Recursos Humanos (http://intra.mp.rs.gov.br/site/editais_remocao/), o resultado da remoção referente ao Edital n. 118/2018.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 01 de agosto de 2018.

BENHUR BIANCON JUNIOR,

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos.

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
PARA ASSUNTOS INSTITUCIONAIS

BOLETIM N. 132/2018

O COORDENADOR DO CAO CÍVEL E DE PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO PÚBLICO E DA MORALIDADE ADMINISTRATIVA científica, na forma do § 2º do artigo 7º da Resolução n. 23 do Conselho Nacional do Ministério Público, que o Ministério Público instaurou/aditou os seguintes Inquéritos Cíveis ou Procedimentos Preparatórios, conforme as comunicações encaminhadas pelos promotores de justiça responsáveis:

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 00729.00018/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Cível de Cachoeira do Sul. PROMOTOR (A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Maristela



Diário eletrônico
Ministério Público
Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 01 de agosto de 2018.

www.mprs.mp.br

Edição n. 2428

Schneider. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Cachoeira do Sul. OBJETO: apurar eventual ato de improbidade administrativa em decorrência de indícios de apropriação de verba pública para executar projeto de restauração de bem histórico tombado, denominado Casa da Aldeia, em Cachoeira do Sul. INVESTIGADOS(S): Defensor de Cachoeira do Sul e Telmo Padilha Cesar. LOCAL DO FATO: Cachoeira do Sul.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 00729.00019/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Cível de Cachoeira do Sul. PROMOTOR (A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Maristela Schneider. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Cachoeira do Sul. OBJETO: apurar eventual ato de improbidade administrativa em decorrência de descumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal devido à despesa com pessoal estar desde o ano de 2017 acima do limite prudencial, sem adotar as medidas legais para corrigir a irregularidade. INVESTIGADOS(S): Jorge Luiz Hoffmann e Município de Cerro Branco LOCAL DO FATO: Cachoeira do Sul.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Preparatório. N. DO PROCEDIMENTO: 00755.00028/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Cível de Cruz Alta. PROMOTOR (A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Caroline Mottecy de Oliveira. CLASSIFICAÇÃO: 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Cruz Alta. OBJETO: apurar elementos para a identificação de possíveis investigados ou objeto aptos a tutelar interesses ou direitos mencionados no art. 9º do provimento 71/2017. INVESTIGADO(S): Ione Z. Carini Epp. LOCAL DO FATO: Cruz Alta.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Preparatório. N. DO PROCEDIMENTO: 01646.000.014/2017. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Estância Velha. PROMOTOR (A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Bruno Amorim Carpes. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Estância Velha. OBJETO: apurar irregularidades na contratação emergencial do serviço público de coleta e tratamento/destinação dos resíduos sólidos urbanos. INVESTIGADO(S): Prefeitura Municipal de Estância Velha. LOCAL DO FATO: Estância Velha.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Preparatório. N. DO PROCEDIMENTO: 01646.000.336/2017. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Estância Velha. PROMOTOR (A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Bruno Amorim Carpes. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Estância Velha. OBJETO: apurar a inércia do Município de Estância Velha quanto ao desvio/furto de materiais de construção, localizados em depósitos municipais. INVESTIGADO(S): Não informado. LOCAL DO FATO: Estância Velha.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 01772.000.437/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Giruá. PROMOTOR (A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Marina da Silva Lameira. CLASSIFICAÇÃO: 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Giruá. OBJETO: Diferença de quilometragem nos roteiros de transporte escolar junto ao Município de Giruá. INVESTIGADO(S): Não informado. LOCAL DO FATO: Giruá.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 01652.000.303/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Horizontina. PROMOTOR (A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Bruna Maria Borgmann. CLASSIFICAÇÃO: 1º Promotor de Justiça da Promotoria de

Justiça de Horizontina. OBJETO: apurar irregular utilização de servidores públicos na execução de serviços de caráter particular em benefício de outro servidor, ocupante de cargo comissionado. INVESTIGADO(S): Lari Kruger. LOCAL DO FATO: Horizontina.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 01798.000.044/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Nonoai. PROMOTOR (A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Michele Tais Dumke Kufner. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Nonoai. OBJETO: Edital de processo seletivo simplificado 01/2018. Contratação de servidores pelo Município de Nonoai-RS. INVESTIGADO(S): Poder Executivo do Município de Nonoai. LOCAL DO FATO: Nonoai-RS.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 01623.000.102/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Público de Porto Alegre. PROMOTOR (A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Ari Costa. CLASSIFICAÇÃO: 7º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Público de Porto Alegre. OBJETO: apurar denúncia de que A. F. seria funcionário fantasma na Assembleia Legislativa. INVESTIGADO(S): Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, Angelo Fabian. LOCAL DO FATO: Porto Alegre.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 01623.000.426/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Público de Porto Alegre. PROMOTOR (A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: José Guilherme Giacomuzzi. CLASSIFICAÇÃO: 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Público de Porto Alegre. OBJETO: apurar notícia de que Tadeu Nunes da Silva teria exercido o cargo de assessor parlamentar, no Gabinete do Vereador Idenir Cecchin e, concomitantemente, prestado serviços de consultoria política. INVESTIGADO(S): Tadeu Nunes da Silva. LOCAL DO FATO: Porto Alegre.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento administrativo de acompanhamento de instituições. N. DO PROCEDIMENTO: 00850.000.076/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Quaraí. PROMOTOR (A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: José Eduardo Gonçalves. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Quaraí. OBJETO: acompanhar as atividades da Fundação Hospital de Caridade de Quaraí, nos termos do art. 2º do Provimento n. 72/2008 da Procuradoria-Geral de Justiça. INVESTIGADO(S): Fundação Hospital de Caridade de Quaraí - FHCQ. LOCAL DO FATO: Quaraí.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 00884.00007/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Cível de São Gabriel. PROMOTOR (A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Karen Cristina Mallmann. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de São Gabriel. OBJETO: investigar suposto desaparecimento de equipamentos e máquinas agrícolas de propriedade do município de São Gabriel, entre os anos de 2013 a 2016. INVESTIGADO: Éder Jofre Strieder Barboza e Ladislê Camargo Teixeira. INVESTIGADOS(S): Eder Jofre Strieder Barboza e Ladislê Camargo Teixeira. LOCAL DO FATO: São Gabriel.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 00884.00008/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Cível de São Gabriel. PROMOTOR (A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Karen



Diário eletrônico
Ministério Público
Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 01 de agosto de 2018.

www.mprs.mp.br

Edição n. 2428

Cristina Mallmann. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de São Gabriel. OBJETO: irregularidades no pagamento de verbas indenizatórias à ex-secretária municipal de turismo e cultura Maria Luiza Bicca Bragança Ferreira, no ano de 2016. INVESTIGADOS(S): Caio Flavio Aloy de Almeida e Maria Luiza Bicca Bragança Ferreira. LOCAL DO FATO: São Gabriel.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 00884.00006/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Cível de São Gabriel. PROMOTOR (A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Karen Cristina Mallmann. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de São Gabriel. OBJETO: irregularidades na distribuição de módulos sanitários, no ano de 2016, em santa margarida do sul. INVESTIGADO: Luiz Felipe Brenner Machado. LOCAL DO FATO: São Gabriel.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 01884.000.200/2017. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de São Sepé. PROMOTOR (A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Bárbara Pinto e Silva. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de São Sepé. OBJETO: apurar o cumprimento da legislação no que tange à contratação de pessoas pela administração pública municipal de Formigueiro. INVESTIGADO(S): Município De Formigueiro. LOCAL DO FATO: Formigueiro-RS.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 00902.00001/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Sapucaia do Sul. PROMOTOR (A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Lúcio Flávio Preto. CLASSIFICAÇÃO: 3º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Sapucaia do Sul. OBJETO: aferir eventual irregularidade na concessão de licença-prêmio ao servidor Airton Lopes Ramos. INVESTIGADO(S): Airton Lopes Ramos. LOCAL DO FATO: Sapucaia do Sul.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 00902.00006/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Sapucaia do Sul. PROMOTOR (A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Lúcio Flávio Preto. CLASSIFICAÇÃO: 3º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Sapucaia do Sul. OBJETO: Aferir eventual irregularidade na concessão de licença-prêmio ao então procurador da Câmara de Vereadores, Milton Pinheiro dos Santos. INVESTIGADO(S): Milton Pinheiro dos Santos. LOCAL DO FATO: Sapucaia do Sul.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 00906.000.082/2017. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Sobradinho. PROMOTOR (A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Amanda Giovanaz. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Sobradinho. OBJETO: Expediente instaurado a partir do apurado na AIJE n. 507-46.2016.6.21.0053, para fins de averiguar a aquisição de brita pelo Município de Sobradinho, sem licitação. INVESTIGADO(S): Município de Sobradinho. LOCAL DO FATO: Sobradinho.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 00906.000.081/2017. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Sobradinho. PROMOTOR (A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Amanda Giovanaz. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Sobradinho. OBJETO: apurar a ausência de controle efetivo da destinação da brita produzida no Britador municipal de Sobradinho, bem como para averiguar a causa de sua paralisação. INVESTIGADO(S): Município de Sobradinho. LOCAL DO FATO: Britador Municipal,

Sobradinho/RS.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 01591.000.355/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Torres. PROMOTOR (A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Marcelo Araujo Simões. CLASSIFICAÇÃO: 4º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Torres. OBJETO: Para conversão do PI 46/2017 em IC. INVESTIGADO(S): Não informado. LOCAL DO FATO: Torres.

ADITAMENTO A PORTARIA. TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 00917.00012/2010. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Três Passos. PROMOTOR (A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Bruno Bonamente. CLASSIFICAÇÃO: 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Três Passos. OBJETO: apuração da precariedade do transporte coletivo no Município de Tiradentes do Sul, a falta de fiscalização pelo Município e a cessão da concessão do contrato de transporte coletivo sem a realização de nova licitação. Parte: Município de Tiradentes do Sul e A. Scheuermann e Cia Ltda. INVESTIGADOS(S): A. Scheuermann e Cia. Ltda, Município de Tiradentes do Sul e Transporte Municipal Ltda. LOCAL DO FATO: Três Passos.

ADITAMENTO A PORTARIA. TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 00931.00067/2017. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Cível de Viamão. PROMOTOR (A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Karina Bussmann Cabeda. CLASSIFICAÇÃO: 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Viamão. OBJETO: apurar possível prática de ato de improbidade, por parte de Carla Viviane Pedrosa da Silveira, consistente na simulação de prestação de serviço público, contrariando que dispõe o art. 9º, caput, da Lei 8.429/92. INVESTIGADOS(S): Carla Viviane Pedrosa da Silveira e Marivone de Azevedo Moraes. LOCAL DO FATO: Viamão.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 01234.00032/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Especializada de Santana do Livramento. PROMOTOR (A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Everton Luis Resmini Meneses. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Santana do Livramento. OBJETO: investigar o sucateamento da frota de ônibus de transporte coletivo do Município de Santana do Livramento. INVESTIGADOS(S): Sociedade de Ônibus Santanense Ltda-Sosal, Transporte Tomaz Ltda, Transportes M Fonseca e Vaucher Transportes Ltda. LOCAL DO FATO: Santana do Livramento.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 01234.00034/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Especializada de Santana do Livramento. PROMOTOR (A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Everton Luis Resmini Meneses. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Santana do Livramento. OBJETO: apurar improbidade administrativa contra a servidora Maria Cleusa Correia dos Santos, por conta da apropriação de R\$5.000,00, em 16.03.2016, dos cofres públicos municipais. INVESTIGADO(S): Maria Cleusa Correia dos Santos LOCAL DO FATO: Santana do Livramento.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 30 de julho de 2018.

JOSÉ FRANCISCO SEABRA MENDES JÚNIOR, Coordenador do CAO Cível e de Proteção do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa.

De acordo,

MARCELO LEMOS DORNELLES,

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais.



PROMOTORIAS DE JUSTIÇA

**PROCESSO SELETIVO DE ESTUDANTES PARA O QUADRO DE ESTAGIÁRIOS
DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CURSO SUPERIOR – DIREITO**

O **PROMOTOR DE JUSTIÇA DA PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE NOVA PRATA**, responsável pelo processo seletivo, no uso das atribuições que são lhe conferidas pelo Provimento n. 66/2011-PGJ-RS, e com base no Regulamento do Programa de Estágios do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, **RESOLVE**:

TORNAR PÚBLICO o resultado final do Processo Seletivo referente ao Edital n. 01/2018 da Promotoria de Justiça de Nova Prata:

CLASSIFICAÇÃO	NOME DO CANDIDATO	NOTA DA PROVA DISSERTATIVA	NOTA DA ENTREVISTA	NOTA DA PROVA DE DIGITAÇÃO	NOTA FINAL
01.º LUGAR	Laura Loro	3,5	2,9	1	7,4
02.º LUGAR	Fabiane Soster	3,4	2,8	1	7,3
03.º LUGAR	Luís Eduardo Salami	3,2	2,8	0,9	6,9
04.º LUGAR	Antônia Renata Mendes Rodrigues	3,1	2,8	0,9	6,8
05.º LUGAR	Várlia Ribeiro Martins Carvalho	2,8	2,8	1	6,6
06.º LUGAR	Emily dos Santos Teycz	2,8	2,7	0,9	6,4
07.º LUGAR	Vanessa Severo dos Santos Amaral	2,7	2,7	0,9	6,3

Nova Prata, 31 de julho de 2018.

LEONARDO DOS SANTOS ROSSI,
Promotor de Justiça da Promotoria de Nova Prata,
Responsável pelo Processo Seletivo.